

Prefeitura Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

CONCURSO PÚBLICO

EDITAL N.º 029/2016



GUARDA MUNICIPAL

TIPO 01 - BRANCA

Organizadora:



CONHECIMENTOS GERAIS

LÍNGUA PORTUGUESA

Texto para responder às questões de **01** a **05**.

O Cronista é um Escritor Crônico

O primeiro texto que publiquei em jornal foi uma crônica. Devia ter eu lá uns 16 ou 17 anos. E aí fui tomando gosto. Dos jornais de Juiz de Fora, passei para os jornais e revistas de Belo Horizonte e depois para a imprensa do Rio e São Paulo. Fiz de tudo (ou quase tudo) em jornal: de repórter policial a crítico literário. Mas foi somente quando me chamaram para substituir Drummond no Jornal do Brasil, em 1984, que passei a fazer crônica sistematicamente. Virei um escritor crônico.

O que é um cronista?

Luís Fernando Veríssimo diz que o cronista é como uma galinha, bota seu ovo regularmente. Carlos Eduardo Novaes diz que crônicas são como laranjas, podem ser doces ou azedas e ser consumidas em gomos ou pedaços, na poltrona de casa ou espremidas na sala de aula.

Já andei dizendo que o cronista é um estilista. Não confundam, por enquanto, com estilista. Estilista era o santo que ficava anos e anos em cima de uma coluna, no deserto, meditando e pregando. São Simeão passou trinta anos assim, exposto ao sol e à chuva. Claro que de tanto purificar seu estilo diariamente o cronista estilista acaba virando um estilista.

O cronista é isso: fica pregando lá em cima de sua coluna no jornal. Por isto, há uma certa confusão entre colunista e cronista, assim como há outra confusão entre articulista e cronista. O articulista escreve textos expositivos e defende temas e ideias. O cronista é o mais livre dos redatores de um jornal. Ele pode ser subjetivo. Pode (e deve) falar na primeira pessoa sem envergonhar-se. Seu “eu”, como o do poeta, é um eu de utilidade pública.

Que tipo de crônica escrevo? De vários tipos. Conto casos, faço descrições, anoto momentos líricos, faço críticas sociais. Uma das funções da crônica é interferir no cotidiano. Claro que essas que interferem mais cruamente em assuntos momentosos tendem a perder sua atualidade quando publicadas em livro. Não tem importância. O cronista é crônico, ligado ao tempo, deve estar encharcado, doente de seu tempo e ao mesmo tempo pairar acima dele.

(SANT'ANNA, Affonso Romano de. Disponível em: http://www.releituras.com/arsant_ocronista.asp.)

01

Toda mensagem tem uma finalidade predominante, de acordo com tal afirmativa, indique-a a seguir em relação ao texto apresentado:

- A) Expressão do estado de espírito do emissor.
- B) Conteúdo cujo objetivo é persuadir o interlocutor.
- C) Abordagem do próprio código, análise sobre a própria linguagem.
- D) Estabelecimento da comunicação entre o emissor e o receptor da mensagem.
- E) Conteúdo essencialmente informativo, cujo objetivo é a transmissão de informação sobre a realidade.

02

Leia os trechos destacados.

- I. “Já andei dizendo que o cronista é um estilista.” (4º§)
- II. “O primeiro texto que publiquei em jornal foi uma crônica.” (1º§)
- III. “Claro que de tanto purificar seu estilo diariamente o cronista estilista acaba virando um estilista.” (4º§)

É correto afirmar que

- A) apenas no trecho II a palavra “que” pode ser considerada como elemento anafórico.
- B) a expressão “claro que” (III) possui o mesmo aspecto semântico afirmativo visto em “já” (I).
- C) a palavra “tanto” (III) além de intensificar a ação verbal a que se refere demonstra certo exagero, assim como “já” (I) e “primeiro” (II).
- D) a palavra “que” atua como elemento de coesão textual em todos os trechos destacados, retomando elemento introduzido no texto anteriormente.
- E) diante dos vários significados que um vocábulo pode apresentar de acordo com o contexto, a palavra “estilista”, no trecho I, tem significado diferente do apresentado no trecho III.

03

Em “O cronista é isso: fica pregando lá em cima de sua coluna no jornal. Por isto, há uma certa confusão entre colunista e cronista, assim como há outra confusão entre articulista e cronista.” (5º§), acerca do emprego dos termos “isso” e “isto”, estabelecendo uma relação com elementos expressos no texto, pode-se afirmar que

- A) têm como característica possuir o mesmo referente.
- B) não há distinção quanto ao emprego de um em relação ao outro.
- C) caso “é isso:” fosse omitido, a expressão “por isto” seria substituída por “por isso”.
- D) a variação entre “isso” e “isto” ocorre em atendimento à função sintática que possuem.
- E) podem ser substituídos por um pronome indefinido, mantendo-se o mesmo valor semântico.

04

A linguagem é empregada de modo informal em diversas situações, trata-se do uso da linguagem coloquial. O texto em análise apresenta elementos que remetem a tal linguagem citada anteriormente. Dentre os trechos selecionados a seguir assinale um exemplo que comprove tal afirmativa.

- A) “Uma das funções da crônica é interferir no cotidiano.” (6º§)
- B) “Seu ‘eu’, como o do poeta, é um eu de utilidade pública.” (5º§)
- C) “Devia ter eu lá uns 16 ou 17 anos. E aí fui tomando gosto.” (1º§)
- D) “Luís Fernando Veríssimo diz que o cronista é como uma galinha, bota seu ovo regularmente.” (3º§)
- E) “Estilita era o santo que ficava anos e anos em cima de uma coluna, no deserto, meditando e pregando.” (4º§)

05

Acerca das ideias trazidas ao texto no último período do texto: “O cronista é crônico, ligado ao tempo, deve estar encharcado, doente de seu tempo e ao mesmo tempo pairar acima dele.” pode-se afirmar que

- A) a expressão “o cronista é crônico” demonstra redundância intencional.
- B) é possível constatar a geração de ambiguidade na repetição da palavra “tempo”.
- C) há um valor contrastivo entre as situações nas quais o cronista deve estar inserido.
- D) o conceito apresentado acerca do cronista tem aspecto predominantemente objetivo.
- E) a forma imperativa “deve” demonstra a limitação do cronista no exercício de sua função.

RACIOCÍNIO LÓGICO

06

Quantos números pares de três ou quatro algarismos, distintos ou não, podem ser formados com os algarismos: 0, 2, 4, 5, 7, 8 e 9?

- A) 1.225.
- B) 1.344.
- C) 1.425.
- D) 1.533.
- E) 1.655.

07

Observe a operação a seguir:

$$1A8B7 \div C = 120D$$

A soma $A + B + C + D$ é igual a:

- A) 12.
- B) 13.
- C) 14.
- D) 15.
- E) 16.

08

Na vitrine de uma loja encontram-se vários relógios dos quais:

- um terço estão trabalhando e marcando a hora certa;
- dois quintos não estão trabalhando;
- 20% estão trabalhando mas estão adiantados; e,
- 4 relógios estão trabalhando mas estão atrasados.

Quantos relógios em funcionamento NÃO estão marcando a hora certa?

- A) 14.
- B) 15.
- C) 16.
- D) 17.
- E) 18.

09

A soma dos perímetros e das áreas de duas salas quadradas são, respectivamente, iguais a 40 m e 52 m². A razão entre o lado da sala maior e o lado da sala menor é igual a:

- A) 1,2.
- B) 1,25.
- C) 1,5.
- D) 1,75.
- E) 2,0.

10

A razão de uma progressão aritmética é igual ao dobro de seu primeiro termo. Se o décimo segundo termo é 69, então a soma dos três primeiros termos dessa progressão é:

- A) 21. B) 23. C) 25. D) 27. E) 29.

ÉTICA, CIDADANIA E POLÍTICA

11

No que se refere à ética no serviço público, nos termos do Decreto Federal nº 1.171/94, assinale a afirmativa correta.

- A) A função pública deve ser tida como exercício profissional e, portanto, não se integra na vida particular de cada servidor público.
B) Toda pessoa tem direito à verdade, mas o servidor deve omiti-la quando contrária aos interesses da própria pessoa interessada ou da Administração Pública.
C) O servidor público não pode desprezar o elemento ético de sua conduta, assim, não terá que decidir entre o legal e o ilegal, mas sim entre o honesto e o desonesto.
D) O trabalho desenvolvido pelo servidor público perante a comunidade deve ser entendido como acréscimo ao seu próprio bem-estar, já que, como cidadão, integra a sociedade.
E) Causar dano a qualquer bem pertencente ao patrimônio público, deteriorando-o, por descuido ou má vontade, não constitui ofensa àqueles que dedicaram sua inteligência e esforços para construí-lo.

12

Nos termos do Decreto Federal nº 1.171/94, a pena aplicável ao servidor público pela Comissão de Ética é a:

- A) Multa. B) Censura. C) Demissão. D) Suspensão. E) Advertência.

13

Nos termos do Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Municipais da Administração Direta e Indireta do Município de Cascavel, ao servidor é vedado, em regra:

- A) Usar o telefone para tratar de assuntos particulares.
B) Apresentar relatórios ou resumos de suas atividades.
C) Sugerir providências tendentes ao aperfeiçoamento do serviço.
D) Representar contra as ordens superiores manifestamente ilegais.
E) Guardar sigilo sobre assuntos da Administração Pública Municipal.

14

Quanto ao direito de petição, nos termos do Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Municipais da Administração Direta e Indireta do Município de Cascavel, assinale a afirmativa correta.

- A) O pedido de reconsideração somente pode ser renovado após o período de três dias úteis.
B) A reconsideração deverá ser dirigida à autoridade superior àquela que houver expedido o ato questionado.
C) A prescrição do direito de pedir, na esfera administrativa, ocorre em quatro anos quanto ao ato de demissão.
D) O requerimento e o pedido de reconsideração deverão ser decididos dentro de dez dias, impreterivelmente.
E) Nenhuma solicitação, qualquer que seja a sua forma, poderá ser dirigida à autoridade incompetente para decidi-la.

15

Quanto aos direitos políticos do cidadão brasileiro, nos termos da Constituição, a idade mínima para exercício do mandato de prefeito municipal é de:

- A) 18 anos. B) 21 anos. C) 25 anos. D) 30 anos. E) 35 anos.

16

O estado do Paraná, situado na Região Sul do Brasil, que tem como capital Curitiba e uma população de mais de 11 milhões de habitantes, é:

- I. cortado ao norte pelo Trópico de Capricórnio.
II. situado em parte da fronteira do Brasil com a Argentina e o Uruguai.
III. detentor de um setor agropecuário diversificado e altamente produtivo.

É correto o que se afirma somente em

- A) I, II e III. B) I, apenas. C) II, apenas. D) I e III, apenas. E) II e III, apenas.

17

Informe se é falso (F) ou verdadeiro (V) o que se afirma abaixo sobre o Brasil e sua estrutura política.

- () De acordo com a Constituição de 1988 o Brasil é uma República Federativa de caráter presidencialista composta por 26 estados e o Distrito Federal.
- () O sistema legislativo do Brasil é bicameral, composto pela Câmara Federal que é subordinada ao Senado e formam – deputados e senadores – o Congresso Nacional.
- () O Brasil adota o modelo republicano de Estado em que três poderes independentes dividem a incumbência de gerir a vida pública, separando as funções de governar, legislar e administrar a justiça.
- () O Brasil se tornou um Estado Laico em 1988, quando foi promulgada a constituição que se encontra em vigor atualmente, mantendo neutralidade em matéria confessional, portanto, não possuindo uma religião oficial.

A sequência está correta em

- A) F, F, V, V. B) F, V, V, F. C) V, F, V, F. D) V, V, F, F. E) V, F, F, V.

18

Com letra de Domingos Nascimento e música de Bento Mossurunga, o hino oficial do Estado do Paraná tem o seguinte estribilho:

- A) O teu fulgor de mocidade,
Terra! Tem brilhos de alvorada
Rumores de felicidade!
Canções e flores pela estrada.
- B) Entre os astros do Cruzeiro,
És o mais belo a fulgir
Paraná! Serás luzeiro!
Avante! Para o porvir!
- C) A glória... A glória... Santuário!
Que o povo aspire e que idolatre-a
E brilharás com brilho vário,
Estrela rútila da Pátria!
- D) Outrora apenas panorama
De campos ermos e florestas
Vibras agora a tua fama
Pelos clarins das grandes festas!
- E) Pela vitória do mais forte,
Lutar! Lutar! Chegada é a hora.
Para o Zenith! Eis o teu norte!
Terra! Já vem rompendo a aurora!

19

Ao analisar a história do povoamento da região onde se localiza a formação política do município de Cascavel, é INCORRETO afirmar que

- A) os índios caingangues habitavam a região onde se formou o município e teve sua ocupação por europeus iniciada pelos espanhóis.
- B) o povoamento da área do atual município começou efetivamente na primeira década do século passado, por colonos caboclos e descendentes de imigrantes eslavos, no auge do ciclo da erva-mate.
- C) a extinção do ciclo da erva-mate deu lugar ao ciclo do café que atraiu grande número de famílias de São Paulo e do Rio de Janeiro e, em especial, colonos espanhóis, portugueses e italianos, que, juntos, formaram a base populacional da cidade.
- D) a emancipação ocorreu em 14 de dezembro de 1952, juntamente com a cidade vizinha de Toledo, mas por muito tempo a comemoração se deu no dia 14 de novembro de cada ano, devido a uma confusão entre a proposta do governador do estado da época e a efetiva assinatura da lei.
- E) a vila começou a tomar formas quando José Silvério de Oliveira, o Nhô Jeca, arrendou as terras do colono Antônio José Elias nas quais se encontrava a Encruzilhada dos Gomes, localizada no entroncamento de várias trilhas abertas por ervateiros, tropeiros e militares, e montou, no local, seu armazém.

20

Cascavel é uma cidade jovem e promissora que possui, hoje, cerca de 300 mil habitantes e já se consolidou como polo econômico regional e epicentro do Mercosul. Por ser um dos maiores municípios do Paraná, entre outros fatores, tornou-se conhecida como:

- A) Princesa do Paraná.
- B) Vice-capital Paranaense.
- C) Cidade modelo do Estado.
- D) Capital do Oeste Paranaense.
- E) Metrópole do interior Paranaense.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

CONHECIMENTOS DO CARGO

21

“Todos podem reunir-se pacificamente, com ou sem armas, em locais abertos ao público, independentemente de autorização, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sendo apenas exigido prévio aviso à autoridade competente.” Nos termos da Constituição Federal, o trecho apresentado é

- A) verdadeiro na íntegra, pois é um comando constitucional.
- B) falso, porque é vedada a reunião em locais abertos ao público.
- C) falso, pois a Constituição prevê que a reunião seja pacífica e sem armas.
- D) falso, pois a Constituição não exige o prévio aviso à autoridade competente.
- E) falso, porque a reunião é permitida mesmo que frustre outra convocada anteriormente.

22

Nos termos da Constituição Federal, quanto aos direitos fundamentais, assinale a afirmativa INCORRETA.

- A) A prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei.
- B) O Estado assegura, às presidiárias, condições para que possam permanecer com seus filhos até os seis anos de idade.
- C) Aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, são assegurados o contraditório e a ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes.
- D) Constitui crime inafiançável e imprescritível a ação de grupos armados, civis ou militares, contra a ordem constitucional e o Estado Democrático.
- E) O brasileiro naturalizado pode ser extraditado em caso de comprovado envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, na forma da lei.

23

Considerando os conceitos constitucionais relativos à acumulação de cargos públicos e presumindo-se a compatibilidade de horários, assinale a afirmativa correta.

- A) O cargo público de guarda municipal é acumulável com o de policial militar do Estado.
- B) O cargo público de médico é inacumulável com outro privativo de profissional da saúde.
- C) Pode se ocupar dois cargos públicos de Guarda municipal, simultâneos, desde que de Municípios distintos.
- D) A proibição de acumular cargos públicos, prevista no ordenamento jurídico brasileiro, não comporta exceção.
- E) Um cargo público de professor é acumulável com um cargo de Engenheiro na Administração Pública Municipal.

24

Considerando os princípios constitucionais aplicáveis à Administração Pública, assinale a afirmativa correta.

- A) O Município prescinde do princípio da legalidade.
- B) O princípio da publicidade não comporta exceções.
- C) O princípio da moralidade refere-se à conduta ética na Administração Pública.
- D) A eficiência é um princípio novo, tendo sido introduzido em 2013 na Constituição.
- E) A Administração Pública sujeita-se apenas aos princípios expressos na Constituição.

25

Nos termos do Art. 312 do Código Penal, “apropriar-se o funcionário público de dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel, público ou particular, de que tem a posse em razão do cargo, ou desviá-lo, em proveito próprio ou alheio” trata-se de:

- A) Furto.
- B) Roubo.
- C) Extorsão.
- D) Peculato.
- E) Furto qualificado.

26

De acordo com o que dispõe a Constituição Federal, NÃO se trata de uma atribuição do Sistema Único de Saúde – SUS:

- A) Ordenar a formação de recursos humanos na área de saúde.
- B) Implantar e gerir os programas de saneamento básico municipal.
- C) Participar da formulação da política e da execução das ações de saneamento básico.
- D) Incrementar, em sua área de atuação, o desenvolvimento científico e tecnológico e a inovação.
- E) Executar as ações de vigilância sanitária e epidemiológica, bem como as de saúde do trabalhador.

27

Analise as afirmativas a seguir.

- I. A criança e o adolescente têm direito a proteção à vida e à saúde, mediante a efetivação de políticas sociais públicas que permitam o nascimento e o desenvolvimento sadio e harmonioso, em condições dignas de existência.
- II. É assegurado a todas as mulheres o acesso aos programas e às políticas de saúde da mulher e de planejamento reprodutivo e, às gestantes, nutrição adequada, atenção humanizada à gravidez, ao parto e ao puerpério e atendimento pré-natal, perinatal e pós-natal integral no âmbito do Sistema Único de Saúde.
- III. O poder público, as instituições e os empregadores propiciarão condições adequadas ao aleitamento materno, inclusive aos filhos de mães submetidas a medida privativa de liberdade.

Considerando o que dispõe o Estatuto da Criança e do Adolescente, está correto o que se afirma em

- A) I, II e III.
- B) I, apenas.
- C) II, apenas.
- D) III, apenas.
- E) I e II, apenas.

28

Quanto à Lei nº 8069/90, analise as afirmativas a seguir.

- I. Considera-se ato infracional a conduta descrita como crime ou contravenção penal.
- II. São penalmente imputáveis os menores de 21 anos, sujeitos às medidas previstas na Lei.
- III. Para os efeitos da Lei deve ser considerada a idade do adolescente à data da condenação.

Quanto à prática do ato infracional por criança ou adolescente, está correto o que se afirma em

- A) I, II e III.
- B) I, apenas.
- C) II, apenas.
- D) III, apenas.
- E) I e II, apenas.

29

Em relação à Lei nº 10.741/2003, verificada hipótese de ameaça ou violação ao direito do idoso, o Ministério Público ou o Poder Judiciário, a requerimento daquele, poderá determinar, dentre outras, as seguintes medidas:

- I. Encaminhamento à família ou curador, mediante termo de responsabilidade.
- II. Requisição para tratamento de sua saúde, em regime ambulatorial, hospitalar ou domiciliar.
- III. Abrigo permanente em estabelecimento público.

Estão corretas as medidas apontadas em

- A) I, II e III.
- B) I, apenas.
- C) II, apenas.
- D) III, apenas.
- E) I e II, apenas.

30

De acordo com a Lei nº 10.741/2003, quanto à política de atendimento ao idoso, “as entidades governamentais e não-governamentais de assistência ao idoso ficam sujeitas à inscrição de seus programas, junto ao órgão competente da Vigilância Sanitária e Conselho Municipal da Pessoa Idosa, e em sua falta, junto ao Conselho Estadual ou Nacional da Pessoa Idosa, especificando os regimes de atendimento, observados, dentre outros requisitos, estar regularmente constituída a 5 anos”. É correto afirmar que o trecho apresentado é

- A) verdadeiro na íntegra, pois é um comando constitucional.
- B) falso, porque inexistem a inscrição do programa junto à vigilância sanitária.
- C) falso, pois é vedado o registro junto ao Conselho Nacional da Pessoa Idosa.
- D) falso, porque o registro se dá somente no Conselho Estadual da Pessoa Idosa.
- E) falso, pois a lei não faz exigência quanto ao tempo de constituição da entidade.

31

Nos termos do Art. 138 do Código Penal, imputar a alguém um fato definido como crime constitui o delito de

- A) injúria.
- B) calúnia.
- C) difamação.
- D) improbidade.
- E) excesso de exação.

32

“A perspectiva de Segurança Cidadã defende uma abordagem multidisciplinar para fazer frente à natureza multicausal da violência, na qual políticas públicas multissetoriais são implementadas de forma integrada, com foco na prevenção à violência. Nesse sentido, uma política pública de Segurança Cidadã deve contar não apenas com a atuação das forças policiais, sendo reservado também um espaço importante para as diversas políticas setoriais, como educação, saúde, esporte, cultura etc.”

(FREIRE, M. D. Paradigmas de segurança no Brasil: da ditadura aos nossos dias. Revista Brasileira de Segurança Pública, Ano 3, edição 5, ago./set. 2009, p. 107.)

Na perspectiva do autor, é correto afirmar que a

- A) abordagem do autor deixa claro que vivemos no período da ditadura ainda nos dias atuais.
- B) segurança cidadã pressupõe medidas repressivas e coercitivas em detrimento das preventivas.
- C) política pública multissetorial impede a integração de soluções específicas para o combate à violência.
- D) violência não é um problema de segurança pública e, sim, das políticas de educação, emprego e renda.
- E) violência tem origem em problemas sociais diversos, não sendo possível identificar uma única causa ou razão.

33
Nos termos da Constituição Federal, a função de polícia judiciária da União compete

- A) à Polícia Civil e Federal.
- B) exclusivamente à Polícia Federal.
- C) exclusivamente ao Ministério Público.
- D) à Polícia Federal e à Polícia Rodoviária Federal.
- E) às polícias federais estaduais e municipais, em conjunto.

34
Analise as afirmativas a seguir.

- I. As armas de fogo de uso restrito serão registradas no Comando do Exército, na forma do regulamento.
- II. Para adquirir arma de fogo de uso permitido o interessado deverá, meramente, declarar a efetiva necessidade.
- III. A empresa que comercializar arma de fogo em território nacional é obrigada a comunicar a venda à autoridade competente.

Nos termos da Lei Federal nº 10.826/2003, Estatuto do Desarmamento, é correto o que se afirma em

- A) I, II e III.
- B) I, apenas.
- C) II, apenas.
- D) III, apenas.
- E) I e III, apenas.

35
Nos termos da Lei Federal nº 10.826/2003, Estatuto do Desarmamento, “possuir ou manter sob sua guarda arma de fogo, acessório ou munição, de uso permitido, em desacordo com determinação legal ou regulamentar, no interior de sua residência ou dependência desta ou, ainda, no seu local de trabalho, desde que seja o titular ou o responsável legal do estabelecimento ou empresa” implica pena

- A) reclusão, de um a dois anos, e multa.
- B) reclusão, de um a três anos, e multa.
- C) detenção, de um a dois anos, e multa.
- D) detenção, de um a três anos, e multa.
- E) detenção, de dois a quatro anos, e multa.

36
Analise as afirmativas a seguir.

- I. Não há crime sem lei anterior que o defina. Não há pena sem prévia cominação legal.
- II. Ninguém pode ser punido por fato que lei posterior deixa de considerar crime.
- III. Considera-se praticado o crime no momento do resultado, ainda que distinto da ação ou omissão.

Considerando o que dispõe o Código Penal brasileiro, está correto o que se afirma em

- A) I, II e III.
- B) I, apenas.
- C) II, apenas.
- D) III, apenas.
- E) I e II, apenas.

37
Nos termos do Código Penal, se o delito de violação do segredo profissional for praticado contra o Prefeito municipal, dentre outras autoridades, a pena de detenção é

- A) acrescida de multa civil.
- B) convertida em reclusão.
- C) aumentada de um terço à metade.
- D) aumentada de um terço a dois terços.
- E) substituída pela suspensão dos direitos políticos.

38

“A autorização para o porte de arma de fogo das guardas municipais está condicionada à formação funcional de seus integrantes em estabelecimentos de ensino de atividade policial, à existência de mecanismos de fiscalização e de controle interno, nas condições estabelecidas no regulamento desta Lei, observada a supervisão do Ministério da Justiça.” Nos termos da Lei Federal nº 10.826/2003, Estatuto do Desarmamento, o trecho apresentado é

- A) correto na íntegra, pois corresponde a um dispositivo legal.
- B) falso, pois é vedado o porte de arma à guarda municipal.
- C) falso, pois a concessão do porte de armas independe de formação funcional.
- D) falso, pois a supervisão é realizada pelo Ministério Público e pela Polícia Federal.
- E) falso, pois a concessão do porte de armas independe de mecanismos de fiscalização.

39

A omissão é penalmente relevante quando o omitente devia e podia agir para evitar o resultado. O dever de agir incumbe a quem:

- I. Tenha por lei obrigação de cuidado, proteção ou vigilância.
- II. De outra forma, assumiu a responsabilidade de impedir o resultado.
- III. Com seu comportamento anterior, criou o risco da ocorrência do resultado.

Considerando o que dispõe o Código Penal brasileiro, está correto o que se afirma em

- A) I, II e III.
- B) I, apenas.
- C) II, apenas.
- D) III, apenas.
- E) I e II, apenas.

40

Nos termos do Art. 327 do Código Penal, para efeitos penais, considera-se “funcionário público”

- A) apenas os servidores públicos investidos em cargo efetivo.
- B) quem exerce cargo, emprego ou função pública, salvo se não remunerado.
- C) quem exerce cargo, emprego ou função pública, salvo se transitoriamente.
- D) quem, embora transitoriamente ou sem remuneração, exerce cargo, emprego ou função pública.
- E) apenas os empregados públicos, os contratados e os servidores públicos efetivos e comissionados.

INSTRUÇÕES

1. Material a ser utilizado: caneta esferográfica de tinta azul ou preta, feita de material transparente e de ponta grossa. Os objetos restantes devem ser colocados em local indicado pelo fiscal da sala devidamente identificado.
2. Não é permitida, durante a realização das provas, a utilização de máquinas calculadoras e/ou similares, livros, anotações, impressos ou qualquer outro material de consulta, protetor auricular, lápis, borracha ou corretivo. Especificamente, não é permitido que o candidato ingresse na sala de provas sem o devido recolhimento, com respectiva identificação, dos seguintes equipamentos: *bip*, telefone celular, *walkman*, agenda eletrônica, *notebook*, *palmtop*, *ipod*, *ipad*, *tablet*, *smartphone*, mp3, mp4, receptor, gravador, máquina de calcular, máquina fotográfica, controle de alarme de carro, relógio de qualquer modelo e etc.
3. Durante a prova, o candidato não deve levantar-se, comunicar-se com outros candidatos e fumar.
4. A duração da prova é de 03 (três) horas, já incluindo o tempo destinado à entrega do Caderno de Provas e à identificação – que será feita no decorrer da prova – e ao preenchimento do Cartão de Respostas (Gabarito).
5. Somente em caso de urgência pedir ao fiscal para ir ao sanitário, devendo no percurso permanecer absolutamente calado, podendo antes e depois da entrada sofrer revista através de detector de metais. Ao sair da sala no término da prova, o candidato não poderá utilizar o sanitário. Caso ocorra uma emergência, o fiscal deverá ser comunicado.
6. A prova escrita consta de 40 (quarenta) questões objetivas, de múltipla escolha, com 05 (cinco) alternativas diferentes, sendo apenas uma correta. Leia-o atentamente.
7. Ao receber o material de realização das provas, o candidato deverá conferir atentamente se o Caderno de Provas corresponde ao cargo a que está concorrendo, bem como se os dados constantes no Cartão de Respostas (Gabarito) que lhe foi fornecido estão corretos. Caso os dados estejam incorretos, ou o material esteja incompleto, ou tenha qualquer imperfeição, o candidato deverá informar tal ocorrência ao fiscal. Não haverá substituição da Folha de Respostas da Prova Objetiva de Múltipla Escolha por erro do candidato.
8. Os fiscais não estão autorizados a emitir opinião e prestar esclarecimentos sobre o conteúdo das provas. Cabe única e exclusivamente ao candidato interpretar e decidir.
9. O candidato poderá retirar-se do local de provas somente a partir dos 90 (noventa) minutos após o início de sua realização; contudo não poderá levar consigo o caderno de provas, sendo permitida essa conduta apenas no decurso dos últimos 30 (trinta) minutos anteriores ao horário previsto para o seu término.
10. Os 2 (dois) últimos candidatos de cada sala somente poderão sair juntos. Caso o candidato insista em sair do local de aplicação das provas, deverá assinar um termo desistindo do Concurso Público e, caso se negue, deverá ser lavrado Termo de Ocorrência, testemunhado pelo outro candidato, pelo fiscal da sala e pelo Coordenador da Unidade.

RESULTADOS E RECURSOS

- Os gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas serão divulgados na *internet*, no endereço eletrônico www.consulplan.net e www.cascavel.pr.gov.br/portal_servidor/concursos-andamento a partir das 16h00min do dia subsequente ao da realização das provas.

- O candidato que desejar interpor recursos contra os gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas disporá de 03 (três) dias úteis, a partir do dia subsequente ao da divulgação, em requerimento próprio disponibilizado no *link* correlato ao Concurso Público no endereço eletrônico www.consulplan.net.